



PREFEITURA DE
SAQUAREMA
CADA VEZ MELHOR

CONCURSO PÚBLICO

Procurador

Data: 19/07/2015 - Tarde
Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e a proposta de tema para a Prova Discursiva:

Português	Conhecimentos Específicos	Discursiva
01 a 10	11 a 50	Tema

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, régua, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões **não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.**

Somente decorridas 3 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

TECNOLOGIA E INFÂNCIA COMBINAM?

Há tempos a relação entre crianças e tecnologia divide opiniões e concepções educativas de famílias e escolas. Mas se antes a questão resumia-se a deixar os pequenos assistirem ou não a tevê ou a horas despendidas diante do computador, hoje – em tempos de novas tecnologias e dispositivos móveis – o debate ganha maior complexidade e escala.

Um estudo americano, de 2013, revela que 38% das crianças com menos de 2 anos utilizavam *gadgets*¹, ante 10%, em 2011. Na faixa etária de 2 a 4 anos, o índice subiu de 39% para 80% nesse mesmo intervalo de tempo e, de 5 a 8 anos, de 52% para 83%.

Dados como esses têm suscitado a seguinte questão: o uso prematuro de tecnologia beneficia ou prejudica o desenvolvimento da criança? “Tudo depende do uso que pais e educadores fazem deles”, responde Andréa Jotta, psicóloga da PUC-SP. “Óbvio que se você oferecer aplicativos que estão de acordo com a faixa etária da criança isso vai despertar o interesse dela e até aí tudo bem. Mas começa a ser ruim quando algo da rotina dela passa a ser vinculado ao uso da tecnologia. Por exemplo, a criança só almoça ou só dorme depois que vê uma historinha no *tablet*”, explica.

Neurologista no Hospital Pequeno Príncipe, Antonio Carlos de Farias manifesta opinião semelhante. Para ele, não se trata de malefícios intrínsecos aos dispositivos eletrônicos, mas da quantidade de tempo que é despendido em seu uso. “É aquela história da diferença entre o remédio e o veneno. Tem de saber dosar, estabelecer um tempo adequado para cada faixa etária”, diz.

Para Luciano Meira, consultor em educação e multimídia do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), longe de proibir o uso, o mais adequado é que pais e educadores possam apoiá-lo, orientá-lo. “É a mesma coisa com a tevê. Mas, pelo menos, no caso do *tablet* e outros aparelhos parecidos, há responsividade, uma arquitetura de engajamento, uma imersão em um ambiente mais dinâmico”, pondera. Segundo Meira, não se trata de dar um *tablet* na mão da criança e estabelecer um tempo de uso. “É preciso ter bom senso e não se apropriar da tecnologia de maneira aleatória, mas por meio de uma apropriação dialogada, que visa uma aprendizagem”, alerta.

Na escola, a preocupação deve ser a mesma. “A tecnologia é parte da rotina delas e isso é irreversível, não adianta nadar contra a maré. Eu não posso fazer uma dicotomia entre o que a criança vivencia lá fora e o que a escola apresenta. Essa dicotomia faz com que a criança se desmotive”, defende Quézia Bombonato, psicopedagoga e diretora da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Para ela, o ponto-chave da questão é o equilíbrio. “Quando eu coloco o *tablet*, por exemplo, como a única ferramenta a orientar o processo de alfabetização, isso não é legal. É bom que ela tenha a oportunidade de manusear essa ferramenta, mas uma criança de 3 anos precisa de outros estímulos psicocomotores. É preciso prepará-la para a escrita, para segurar um lápis, fazer um recorte e explorar o espaço do papel.”

Essa preocupação é endossada por Rodrigo Nejm, diretor da SaferNet. “Temos acompanhado esse movimento de incorporação dos *tablets* na Educação Infantil e vemos que têm algumas escolas que fazem isso por uma questão de *marketing*, para apresentar isso como um diferencial”, conta. Apesar desses casos, Nejm apoia a tendência.

Entre as recomendações dos especialistas, está evitar o uso por mais de uma hora contínua. “Ficar três, quatro horas conectado direto é péssimo. No máximo, uma hora. Pode até ficar mais se fizer o uso em mais de um turno”, aconselha Farias. Outro aspecto que precisa ser considerado é o horário em que o dispositivo tecnológico é utilizado. Por exemplo, ficar no *tablet* antes de dormir causa estímulo visual excessivo, o que prejudica o sono. “Mas o mais importante é passar para as famílias e educadores que o *tablet* ou qualquer outro recurso tecnológico não são babá eletrônica. Ou seja, não pode cair naquela coisa de dar o aparelho quando precisam de silêncio”, aponta o neurologista.

Vocabulário:

¹ *gadgets*: dispositivo com função específica e útil no cotidiano, a exemplo de celulares entre outros aparelhos.

Thais Paiva
(cartafundamental.com.br)

01. O segundo parágrafo do texto estabelece com o primeiro a seguinte relação:

- A) explicita ideia contrária
- B) indica conclusão improvável
- C) recusa o argumento apresentado
- D) reforça ideia anterior com dados de pesquisa
- E) restringe a discussão aos Estados Unidos da América

02. Todos os elementos a seguir caracterizam o gênero textual reportagem, **exceto**:

- A) citação de especialistas
- B) apresentação de dados
- C) recusa de estrangeirismos
- D) emprego da terceira pessoa
- E) predomínio da função referencial

03. A maior complexidade a que a autora se refere no primeiro parágrafo se deve a:

- A) incapacidade dos pais de estabelecerem limites razoáveis
- B) formulação de orientações inadequadas pelos especialistas
- C) falta de consenso entre os pesquisadores citados na reportagem
- D) desenvolvimento de estratégias de resistência por parte das crianças
- E) presença incontornável dos dispositivos tecnológicos no cotidiano atual

04. A opinião relatada no terceiro parágrafo será reforçada na sequência. O par de palavras que melhor sintetiza essa opinião é:

- A) “dinâmico”/ “tempo”
- B) “remédio”/ “veneno”
- C) “malefícios”/ “intrínsecos”
- D) “engajamento”/ “imersão”
- E) “apropriação”/ “aprendizagem”

05. No quinto parágrafo, a expressão “pelo menos” introduz a seguinte ideia:

- A) os diferentes dispositivos são igualmente prejudiciais à saúde
- B) os aparelhos de tevê possuem efeitos mais fáceis de controlar
- C) as novas tecnologias tornam as crianças muito desobedientes aos pais
- D) as respostas recebidas nas redes sociais não são facilmente identificadas
- E) os aparelhos eletrônicos possuem interatividade superior à oferecida pela tevê

06. O trecho que expressa uma orientação clara dos especialistas aos familiares é:

- A) “Um estudo americano, de 2013, revela que 38% das crianças com menos de 2 anos utilizavam *gadgets*, ante 10%, em 2011”
- B) “o uso prematuro de tecnologia beneficia ou prejudica o desenvolvimento da criança?”
- C) “Por exemplo, a criança só almoça ou só dorme depois que vê uma historinha no *tablet*”
- D) “Para ele, não se trata de malefícios intrínsecos aos dispositivos eletrônicos”
- E) “É preciso ter bom senso e não se apropriar da tecnologia de maneira aleatória”

07. Em relação à escola, aponta-se como negativo o uso da tecnologia como:

- A) fonte de informações novas
- B) dispositivo dinâmico de interação
- C) publicidade para atrair mais clientes
- D) material escolar para consulta eventual
- E) recurso em alternância com outros instrumentos

08. “É a mesma coisa com a tevê”. A palavra “mesmo” é variável na seguinte frase:

- A) Eu não consegui fazer isso agora mesmo.
- B) Mesmo antes da chegada de Eduardo, será necessário iniciar o trabalho.
- C) Laura fez mesmo todas as observações prometidas na reunião.
- D) Paulo mesmo já percebeu essas suas reações.
- E) Andréia tem insistido mesmo nessa resposta.

09. Pode ocorrer o emprego de acento grave em:

- A) “Há tempos a relação entre crianças e tecnologia divide opiniões”
- B) “deixar os pequenos assistirem ou não a tevê”
- C) “Na faixa etária de 2 a 4 anos”
- D) “Dados como estes têm suscitado a seguinte questão”
- E) “quando algo da rotina dela passa a ser vinculado ao uso da tecnologia”

10. No primeiro parágrafo, o emprego do travessão estabelece, com a sequência da frase, a seguinte relação:

- A) especificação de elemento anterior
- B) justaposição de aspectos paradoxais
- C) introdução de uma retificação necessária
- D) reiteração do emprego de um eufemismo
- E) explicitação de uma contradição insuperável

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. A aposentadoria voluntária do servidor público municipal se dará:

- A) aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição
- B) aos 75 anos de idade na forma da Lei Complementar
- C) aos 30 anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 se professora, com proventos integrais
- D) aos 35 anos de serviço, se mulher, e aos 30, se homem, com proventos integrais
- E) aos 60 anos de idade, se homem, e aos 50, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço ou de contribuição

12. Determinadas leis nascem dependendo de regulamentação, não sendo autoexecutáveis. Nesse caso, o regulamento é considerado:

- A) faculdade da administração
- B) condição de aplicação
- C) equiparado à lei
- D) lei em sentido material
- E) com natureza de instrução

13. Nos termos da normativa aplicável, a sociedade de economia mista deve assumir a forma de:

- A) sociedade simples
- B) sociedade por comandita
- C) sociedade anônima
- D) sociedade por cotas
- E) sociedade coletiva

14. A Lei nº 8.666/93, considerada a lei geral das licitações, estabelece como documento para comprovar a qualificação econômico-financeira do licitante:

- A) cédula de identidade
- B) registro comercial, no caso de empresa individual
- C) contrato social em vigor, devidamente registrado
- D) inscrição do ato constitutivo
- E) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica

15. Na doutrina do Direito Administrativo, o ato que aprova ou ratifica o ato principal para dar-lhe exequibilidade é denominado de:

- A) ato-condição
- B) ato complementar
- C) ato intermediário
- D) ato preparatório
- E) ato suspensível

16. Dentre as várias formas de utilização dos bens públicos, o que tem natureza contratual consiste na:

- A) autorização
- B) cessão
- C) permissão
- D) concessão de uso
- E) domínialização

17. De acordo com a Constituição Federal, não podem ser estabelecidos critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime estatutário, salvo os casos de servidores:

- A) portadores de deficiência
- B) de etnia negra
- C) com raiz indígena
- D) idosos com mais de setenta anos
- E) que prestem o serviço militar

18. S, subordinado a T, pratica um ato que desautoriza o seu superior hierárquico na sua presença e na de outros servidores. Ao ser punido, a doutrina indica que o ato punitivo ocorrido teve base na:

- A) informação aparente
- B) intercorrência gerencial
- C) verdade sabida
- D) presunção de culpa
- E) prova colhida

19. Inúmeros são os instrumentos de controle da atividade da Administração Pública, dentre os quais está o *Habeas data* que, nos termos da Constituição Federal e da legislação aplicável, caracteriza-se por:

- A) tornar desnecessário o requerimento prévio
- B) a petição não necessitar de instrução probatória
- C) o indicado como coator prestar informações em cinco dias
- D) o Ministério Público não atuar no processo
- E) em caso de ato de Ministro de Estado, caber o julgamento ao Superior Tribunal de Justiça

20. No denominado processo administrativo disciplinar devem ser observadas diversas circunstâncias que são próprias da estrutura da administração pública, dentre as quais:

- A) o grau hierárquico igual ou superior da comissão processante
- B) a existência de defesa sumária sem as formalidades do processo judicial
- C) a possibilidade de punição imediata com a exclusão do serviço público
- D) a submissão aos regulamentos em detrimento da lei formal
- E) o poder arbitrário da autoridade para aplicar sanções

21. Pedro é nomeado diretor da sociedade anônima BQ, sem anteriormente ter exercido qualquer função na empresa. De acordo com a adequada interpretação da relação de direito do trabalho, o diretor será considerado:

- A) empregado
- B) órgão
- C) profissional liberal
- D) autônomo
- E) avulso

22. Felizberto, incentivado pelo movimento *Sem Teto e Sem Dignidade*, resolve, em parceria com Adalberto, companheiro de jogo e bebidas, invadir uma abandonada residência, em pleno centro da cidade de Jaraquari. O imóvel, embora abandonado à própria sorte, consiste em uma bela edificação, cuja área, entretanto, não supera 220 m² (duzentos e vinte metros quadrados). Nos dois primeiros anos após a ocupação, utilizam o imóvel como residência, mas logo após, percebendo o potencial econômico da área, abrem no local um pequeno bar, sob a forma de sociedade limitada e se transferem para um pequeno sítio rural de propriedade de Adalberto. Passam-se seis longos anos e os legítimos proprietários não oferecem qualquer resistência à ocupação empreendida pelos dois moradores de rua. Com fundamento nas inovações trazidas pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, sobre as modalidades de aquisição da propriedade, se pode afirmar que:

- A) Felizberto preenche os requisitos do usucapião especial urbano, uma vez que ocupa o imóvel de metragem adequada as exigências legais, de boa-fé e ininterruptamente por mais de cinco anos, com *animus dominus*, sem qualquer resistência dos proprietários
- B) o imóvel, por superar duzentos metros quadrados, não se amolda aos requisitos exigidos para o usucapião especial urbano, muito menos às finalidades propostas pelo legislador de ocupação do solo urbano, sendo considerado um imóvel de luxo
- C) Adalberto e Felizberto podem ser equiparados a um núcleo familiar, uma vez que residiram juntos por 2 (dois) anos, pouco importando que nos anos sucessivos tenham utilizado o imóvel para fins comerciais, preenchendo os requisitos legais para o usucapião especial urbano
- D) Felizberto pode pleitear a aquisição do domínio do imóvel valendo-se do usucapião urbano especial, pois não é proprietário de qualquer outro imóvel urbano ou rural, sendo certo o seu *animus dominus* sobre o bem, plenamente configurado pelas despesas de beneficiamento do imóvel para servir de estabelecimento comercial
- E) Felizberto e Adalberto, como sócios da sociedade limitada não podem se valer do usucapião especial urbano para adquirir o domínio do imóvel, uma vez que o utilizaram para fins comerciais

23. Humberto, jovem idealista, amante dos direitos humanos, resolve combater o terrorismo, ingressando aos dezoito anos como voluntário em missão pacificadora no exterior, seguindo viagem para o Afeganistão, mesmo contra a vontade de seus genitores, e passa a atuar em área sabidamente dominada pela Al-Qaeda, restando prisioneiro de guerra. Terminada a Guerra ao Terror, passam-se longos 5 (cinco) anos sem qualquer notícia sobre o paradeiro de Humberto. Quanto ao regime da capacidade e da personalidade adotada pelo Código Civil Brasileiro, pode-se afirmar que:

- A) Humberto deve tornar imediatamente ao Brasil, pois sendo menor de 21 (vinte e um) anos, não possui capacidade civil para decidir sobre tão arriscada empreitada
- B) Humberto, por ser relativamente incapaz, apenas pode permanecer em solo estrangeiro se a vontade de seus pais for suprida por decisão judicial, vez que colidente com sua própria vontade
- C) pode ser declarada a morte presumida de Humberto, prescindindo da decretação de ausência, pois foram esgotadas todas as buscas e averiguações, não tendo sido encontrado após 5 (cinco) anos do término da guerra
- D) os genitores de Humberto, ou qualquer pessoa que demonstre legítimo interesse, podem obter a qualquer tempo a declaração de morte presumida, pois resta evidente o grave perigo de vida a que se submetia por tratar-se de área de conflito, prescindindo, portanto, de qualquer busca ou averiguação
- E) na declaração de morte presumida, pela dificuldade de precisão, o juiz não é obrigado a fixar na sentença a provável data do falecimento de Humberto

24. Reginaldo é taxista há vários anos no Município do Rio de Janeiro, sendo muito conhecido e possuindo uma vasta e certa clientela. Recentemente, contudo, seu antigo carro passou por problemas mecânicos, obrigando-o a servir-se do transporte coletivo local. Logo após deixar seu veículo na oficina M.O., obtendo a promessa de retirá-lo em 2 (dois) dias, ingressou em um ônibus da empresa Expresso Maravilhoso, que operava a linha 086. Entretanto, o motorista do coletivo, ao passar pela Alameda Florida, na proximidade de um semáforo, visualizou uma senhora que, sem observar o sinal vermelho para pedestre, atravessava a movimentada alameda, freando bruscamente, fato que provocou uma colisão entre o coletivo e um outro veículo, arremessando Reginaldo, que viajava em pé, já que não havia assentos disponíveis, ao chão do coletivo. Na queda, fraturou o braço esquerdo, fato que motivou uma imobilização com gesso, impedindo-o de exercer suas atividades laborativas por 28 (vinte e oito) dias. No contexto do Regime da Responsabilidade Civil adotado pelo Código Civil de 2002, observando-se as características e distinções entre a responsabilidade contratual, aquiliana e objetiva é correto asseverar que:

- A) Reginaldo não poderá pleitear da empresa de transporte coletivo qualquer indenização pelos danos sofridos, já que o preposto da empresa Expresso Maravilhoso não concorreu com culpa para a efetivação do evento danoso
- B) a empresa Expresso Maravilhoso, permissionária de serviço público, transporte coletivo, deve indenizar integralmente Reginaldo; a responsabilidade dos concessionários ou permissionários de serviço público é objetiva e independe da perquirição de culpa de seu preposto.
- C) Reginaldo poderá somente ingressar em juízo, pleiteando o ressarcimento dos danos, contra a senhora, única culpada de todo o terrível sinistro. A responsabilidade é, nesse caso, aquiliana e a culpa é perfeitamente demonstrada
- D) por tratar-se de responsabilidade contratual, existindo a cláusula do transporte incólume, a empresa Expresso Maravilhoso somente se isentará da obrigação indenizativa se demonstrar que houve culpa exclusiva de seu preposto
- E) o condutor do veículo abalroado não pode ingressar com pleito indenizatório em face da empresa Expresso Maravilhoso, fundamentando seu pedido na responsabilidade objetiva ou na Teoria do Risco, visto que não preexiste qualquer relação contratual entre o proprietário do veículo e a permissionária do serviço público de transporte

25. Maurício é um bem-sucedido empresário no setor da construção civil. Visando proteger seu único filho Alessandro, jovem rapaz aventureiro e amante da boa-vida, Maurício resolve gravar como bem de família metade de seu patrimônio, consistente em uma extraordinária mansão em Angra dos Reis, uma maravilhosa residência de montanha em Itaipava e uma fazenda em Uberaba, Minas Gerais. Realizada a cotação imobiliária, constata-se que o imóvel mais valioso é o localizado no município de Angra dos Reis, o qual, inclusive, possui como objeto decorativo um quadro raro de Picasso, cujo valor estimado supera todos os demais bens de Maurício. Com fundamento nas inovações trazidas pelo Novo Código Civil, é correto afirmar sobre o instituto do bem de família:

- A) Maurício não pode dispor de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio, constituindo bem de família voluntário a Alessandro; o estatuto privatista limita tal percentual a 30% (trinta por cento)
- B) Maurício poderá dispor por testamento da metade de seu patrimônio com a finalidade de constituir bem de família para seu filho Alessandro, uma vez que se encontra resguardada a legítima com tal percentual admitindo a legislação civilista, inclusive, sua instituição por escritura privada
- C) o bem de família legal ou obrigatório abrange a residência com tudo o que lhe guarnece, incluindo obras de arte e adornos suntuosos, os quais são impenhoráveis
- D) no tocante ao bem de família instituído pela Lei nº 8.009 de 29 de março de 1990, existindo dois imóveis que servem de moradia para o proprietário, a impenhorabilidade recairá sobre o imóvel de maior valor
- E) tratando-se da impenhorabilidade do bem de família legal, esta é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista, podendo inclusive ser oposta ao credor de pensão alimentícia

26. O processo é informado por diversos princípios cuja aplicação se revela essencial para a sua realização. Ao ser estipulada a necessidade de defesa, está-se realizando o princípio do(a):

- A) publicidade
- B) economia
- C) devido processo
- D) juiz natural
- E) idoneidade

27. São inúmeras as classificações das ações. Uma delas, a considerada clássica, estabelece que as ações podem ser consideradas cognitivas, cautelares e executivas. Outra, preconizada por Pontes de Miranda, utiliza critérios diversos, dentre os quais avulta o da ação:

- A) social
- B) mandamental
- C) inibitória
- D) preventiva
- E) repressiva

28. Dentre os deveres do juiz no processo, nos termos do Código de Processo Civil, encontra-se o de:

- A) julgar sempre por equidade
- B) na existência de lacuna, suspender o processo
- C) velar pela igualdade entre as partes
- D) extrapolar o limite do pedido cognitivo havendo provas
- E) determinar a prisão do depositário judicial infiel

29. De acordo com as normas do Código de Processo Civil, a intervenção do Ministério Público será obrigatória nas causas relativas a:

- A) dívida ativa
- B) tutela monitória
- C) danos de difícil reparação
- D) casamento
- E) contratos

30. Um dos pontos essenciais da estrutura normativa do Código de Processo Civil é o regime das preclusões. Quando uma das partes acata a sentença, requer o pagamento da condenação, deposita o valor devido e, no prazo recursal, apresenta recurso, tal inconformidade não pode ser admitida por incidência da denominada preclusão:

- A) abissal
- B) regular
- C) temporal
- D) consumativa
- E) lógica

31. O Código de Processo Civil prevê inúmeras hipóteses em que o processo deve ser suspenso. Uma delas surge quando for:

- A) apresentada impugnação ao valor da causa
- B) oposta exceção de incompetência do juízo
- C) requerido o ingresso de assistente
- D) proferida sentença em audiência
- E) ofertado recurso especial

32. O procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil deve ser aplicado, em princípio, às pequenas causas cujo valor não exceder sessenta salários mínimos ou nas causas consideradas de menor complexidade como as relacionadas a arrendamento. No referido procedimento, surge a audiência de conciliação obrigatória. A audiência de instrução e julgamento, nos termos do Código de Processo Civil, quando necessária, deverá ser designada para data próxima, não excedente de:

- A) trinta dias
- B) quarenta dias
- C) cinquenta dias
- D) sessenta dias
- E) setenta dias

33. No procedimento ordinário, existem requisitos que devem compor a peça exordial. Nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar na petição inicial o:

- A) acordo possível
- B) mediador indicado
- C) árbitro escolhido
- D) prazo de pagamento
- E) valor incontroverso

34. Uma das grandes inovações do Código de Processo Civil ocorreu com a instituição da tutela antecipada, essencial para a efetividade do processo, resolvendo um dos graves problemas do poder judiciário que é a sua morosidade dado o excessivo número de demandas e o pouco número de magistrados e servidores. Normalmente a tutela antecipada está relacionada à tutela de urgência, mas existe hipótese onde o *periculum in mora* é dispensável que ocorre quando:

- A) fato incontroverso
- B) periclitado o objeto do processo
- C) decidido pelo juiz diante da prova inequívoca
- D) caracterizado o abuso do direito de defesa
- E) fundado em direito fundamental

35. A Consignação em Pagamento figura dentre os procedimentos especiais com mais tradição no sistema processual. Quando se tratar de prestações periódicas, o Código de Processo Civil permite que o autor, após consignada a primeira prestação, deposite as que forem se vencendo desde que os depósitos sejam realizados até:

- A) um dia contado da data do vencimento
- B) dois dias contados da data do vencimento
- C) três dias contados da data do vencimento
- D) quatro dias contados da data do vencimento
- E) cinco dias contados da data do vencimento

36. No regime do controle concentrado de constitucionalidade, não se admitem as intervenções clássicas de terceiros. No entanto, pela própria natureza do debate controvertido, admite-se a atuação do:

- A) assistente
- B) anômalo
- C) *amicus curiae*
- D) oponente
- E) *jus custodem*

37. A medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade pode ser definida por ato monocrático do Relator que deve submeter sua decisão ao colegiado que deve ratificá-la por maioria absoluta. Caso o relator julgue indispensável, poderá ouvir o Procurador-Geral da República em:

- A) um dia
- B) dois dias
- C) três dias
- D) quatro dias
- E) cinco dias

38. Eustáquio é indicado por sua competência profissional para ocupar o cargo de presidente de determinada instituição financeira estatal. Verifica que, para alguns cargos, há necessidade de aprovação pelo Senado Federal, após arguição pública, por voto secreto. Isso se aplica, nos termos da Constituição Federal, à presidência do:

- A) Banco Central
- B) Banco da Amazônia
- C) Banco do Nordeste
- D) Caixa Econômica Federal
- E) Banco do Brasil

39. Determinado grupo de cidadãos, preocupado com a violência local, decide organizar os vizinhos em grupos de vigilância que utilizam apitos para avisar se no local tudo está tranquilo. Após tais medidas, os índices de violência tornam-se inexpressivos. Entusiasmados com o ocorrido, pretendem sofisticar a organização buscando a autorização legal para que os líderes do movimento possam portar armas e organizam o movimento de forma hierárquica; criam, ainda, obstáculos materiais para o ingresso nas ruas da comunidade; passam, ainda a cobrar pelos serviços de segurança. Nos termos da Constituição Federal:

- A) as associações são completamente livres na sua organização
- B) ocorre a vedação de associação com caráter paramilitar
- C) as associações não podem incentivar a autodefesa
- D) associações de cidadãos não podem usar instrumentos de aviso
- E) ocorre a autorização plena para a cobrança de serviços de segurança

40. A ação civil pública pode abranger a proteção dos denominados interesses individuais homogêneos. Nos termos da legislação de regência nesse tema, ocorre vedação legal em relação a interesses relacionados a:

- A) consumidor
- B) ambiente
- C) concorrência
- D) contribuintes
- E) urbanismo

41. Nos termos do Código Tributário Nacional, a competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de:

- A) arrecadar tributos
- B) emitir leis tributárias
- C) autorizar isenções
- D) decidir moratória
- E) julgar processos administrativos

42. A Medida Provisória pode instituir ou majorar impostos e poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. Existem alguns impostos que podem ter os efeitos no mesmo exercício financeiro, no entanto, esse **não** é o caso do imposto:

- A) de importação
- B) de exportação
- C) sobre operações financeiras
- D) sobre produtos industrializados
- E) de renda pessoa jurídica

43. A lei tributária que define infrações, havendo dúvida em relação à capitulação legal do fato, deve ser interpretada, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- A) em prol da sociedade
- B) em benefício do acusado
- C) de acordo com o interesse público
- D) organologicamente
- E) literalmente

44. Nos termos do Código Tributário Nacional, em relação à solidariedade, é correto afirmar que:

- A) há necessidade de designação legal
- B) a isenção pessoal exonera os demais
- C) não há necessidade de interesse comum na situação do fato gerador
- D) o pagamento efetuado por um só vale para o mesmo
- E) a interrupção da prescrição em favor de um favorece todos

45. A lei do Mandado de Segurança possui diversas restrições para o deferimento de medida liminar. Em relação ao tema tributário, no caso de mandado de segurança, consoante o ditame legal, não é possível deferir liminar para reconhecer a:

- A) anulação de ato administrativo
- B) repetição de indébitos
- C) inconstitucionalidade de tributos
- D) devolução de mercadorias
- E) compensação de créditos tributários

46. De acordo com os termos da Lei de Execução Fiscal, ordenado o arquivamento dos autos, poderá ocorrer a incidência de prazo extintivo que, no caso, nos termos da referida lei, seria de:

- A) decadência
- B) preclusão
- C) perempção
- D) prescrição
- E) caducidade

47. De acordo com a Lei nº. 4.320/64, a denominada receita de capital abrange:

- A) cobrança da dívida ativa
- B) percepção de dividendos
- C) alienação de bens móveis
- D) pagamento de valores mobiliários
- E) recebimento de participações

48. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a:

- A) um exercício
- B) dois exercícios
- C) três exercícios
- D) quatro exercícios
- E) cinco exercícios

49. Nos termos da Lei Federal nº. 9.966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, cabe ao órgão municipal:

- A) realizar o controle ambiental nos portos organizados
- B) fiscalizar as plataformas de exploração de petróleo
- C) apurar dados sobre incidentes ambientais
- D) avaliar os danos ambientais causados por incidentes nas marinas
- E) controlar os dutos de transporte de gás

50. De acordo com o DL nº 25/37 que rege o tombamento no Livro do Tombo das Belas Artes serão inscritas as coisas de arte:

- A) histórica
- B) etnográfica
- C) erudita
- D) ameríndia
- E) arqueológica

PROVA DISCURSIVA

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

Produza um texto, utilizando o mínimo de 30 (trinta) e o máximo de 40 (quarenta) linhas, que atenda a proposta apresentada a seguir.

Tema

EF promoveu ação pelo procedimento ordinário em face do município Y postulando a sua condenação no valor de R\$ 200.000,00. O pedido foi acolhido na sua totalidade por sentença proferida pelo Juízo competente. Houve recurso de apelação, improvido. Do acórdão, foi apresentado recurso especial. Ainda pendente de julgamento o recurso especial, o autor requereu a execução do município nos termos do Código de Processo Civil. Houve requerimento do município perante o Superior Tribunal de Justiça e defesa perante o juízo da execução. O município não possui lei especial sobre pagamentos decorrentes de condenação judicial.

Indicar os aspectos processuais do problema apresentado.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Recursos	0 a 10
B- Coisa julgada	0 a 10
C- Execução	0 a 10
D- Clareza, coesão e coerência	0 a 5
E- Correção gramatical	0 a 5

RASCUNHO

10

20

30

40